LIDO EM SESSÃO
EM 16 / 11 / 21
1º SECRETÁRIO

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

INDICAÇÃO Nº 261/21.

Senhor Presidente,

O Vereador que a esta subscreve na forma que dispõe o Regimento Interno desta Casa e depois de ouvido seu Egrégio Plenário solicita a V. Exa. que faça chegar ao Exmo. Senhor Prefeito do Município, o teor da seguinte Indicação:

Exmo. Senhor Prefeito,

A presente indicação é resultado da Audiência Pública, realizada nesta Casa Legislativa, para tratar dos Impactos da Privatização da Petrobrás, sua saída da Bahia e a Política de Preços dos Combustíveis, que aconteceu no dia 08.11.21.

Considerando a gravidade dos fatos e das duvidas suscitadas durante todo o debate da audiência;

Considerando os impactos na vida da nossa população e em especial aos moradores das localidades onde existe a presença direta da Petrobrás;

Considerando a necessidade de um trabalho conjunto e integrado dos poderes constituídos em nossa cidade;

Considerando os prejuízos econômico-financeiros e sociais para nossa cidade e o impacto na arrecadação municipal;

Considerando que a Petrobrás é um patrimônio do povo brasileiro e de grande importância para a soberania nacional, portanto não deve ser privatizada.

Considerando a importância na geração de emprego e renda nas localidades onde se encontram instaladas as unidades da Petrobrás em nosso município;

Considerando a necessidade de um levantamento do passivo ambiental existente em relação à produção de petróleo no município e seus campos produtores;

Considerando que a empresa de abastecimento de água do município (SAAE) tome medidas e ações que garantam o abastecimento de água, de qualidade, hoje fornecida pela Petrobrás

e que pode acabar não atendendo às demandas da comunidade, caso a privatização se concretize;

Considerando a necessidade de se reunir com as comunidades locais, Câmara de Vereadores, Sindipetro e Prefeitura, para falar sobre este processo de privatização e suas consequências, caso se concretize a venda;

Considerando a urgência do Executivo Municipal em solicitar uma reunião com a gerência da UN-BA (Unidade de Negócios) da Petrobrás para tratar sobre os impactos desta privatização e os problemas relacionados ao campo de Buracica e à comunidade local; e

Considerando a judicialização, por parte da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, visando evitar a redução dos royalties, definida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), nos casos de privatização dos campos de petróleo e gás da Petrobras.

Indicamos, conforme as ponderações supracitadas - a **URGÊNCIA na criação de uma Comissão Multissetorial, com representações do Poder Executivo Municipal, do Poder Legislativo e das comunidades impactadas**, para discutir os prejuízos, acompanhar os desdobramentos da possível privatização e quais as medidas preventivas podem ser tomadas para o enfrentamento, caso essa decisão desastrosa se concretize.

Sendo assim, pedimos o empenho necessário, com vistas à criação dessa Comissão Multissetorial, que garantirá o efetivo acompanhamento do processo, em andamento, de desmonte da Petrobrás em nosso país, mas, em especial, em nossa cidade e encontrarmos soluções que evitem sua concretização ou, caso não tenhamos êxito, venham a minimizar os impactos aos quais serão submetidos o nosso município, pelo Governo Federal.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2021.

Francisco Thor de Ninha
Vereador autor.